

AgInt no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 1431291 - PR (2012/0193296-2)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO

AGRAVANTE : ESTADO DO PARANÁ

**PROCURADOR : FLÁVIO LUIZ FONSECA NUNES RIBEIRO E
OUTRO(S) - PR008865**

AGRAVADO : CLÁUDIO DE ANDRADE

**ADVOGADOS : VICENTE PAULA DOS SANTOS - PR018877
ARMIN ROBERTO HERMANN E OUTRO(S) -
PR039488**

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO ORIGINADO DE EXECUÇÃO DE SENTENÇA. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. ALEGAÇÃO, EM SEDE DE ACLARATÓRIOS, DE OMISSÃO EM RELAÇÃO AO TERMO INICIAL DO PRAZO PRESCRICIONAL (POR INEXISTÊNCIA DE NOVA EXECUÇÃO), CUJA ANÁLISE PODE RIA, EM TESE, ALTERAR O RESULTADO DO JULGAMENTO, NÃO APRECIADA. VIOLAÇÃO DO ART. 535, II DO CPC/1973. NULIDADE RECONHECIDA. ANÁLISE OBJETIVA. AGRAVO INTERNO DO ESTADO DO PARANÁ A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Houve afronta do art. 535, II do CPC/1973, pois a Corte local não se manifestou, apesar de provocada, sobre a inexistência de nova execução, afastando a contagem prescricional.

2. A decisão que reconhece a violação do art. 535, II do CPC/1973 e determina o retorno dos autos à Corte local para a nova apreciação dos Aclaratórios, decorre da mera constatação objetiva da omissão relevante havida no Tribunal de Apelação, que em tese, poderia alterar o resultado do julgamento.

3. Agravo Interno do ESTADO DO PARANÁ a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Benedito Gonçalves, Sérgio Kukina, Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Gurgel de Faria.

Brasília, 10 de Junho de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Napoleão Nunes Maia Filho
Relator

